

INVENTARIANDO FONTES, CONSTRUINDO INTERPRETAÇÕES HISTÓRICAS: A CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA EM BRASÍLIA (DF, 1960-1970)¹

*Etienne Baldez*²

*Livia de Avelar Andrade Guimarães*³

*Thaís Teixeira Tavares*⁴

RESUMO: Quando se pensa na constituição das creches e pré-escolas em Brasília, desde o momento de inauguração da capital, 21 de abril de 1960, há ainda um lapso dentro da história que permite apreender uma interpretação histórica sobre a educação e cuidado ministrado a essas crianças, pelo menos nas duas primeiras décadas. Com o intuito de compreensão dessa constituição e das práticas/concepções que estariam ali presentes, este estudo localiza, por meio de um inventário de fontes, os documentos que possibilitam percorrer os vestígios das primeiras creches e jardins de infância em Brasília, nas décadas de 1960 e 1970. Demarcada a intenção, os arquivos consultados foram: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); o Arquivo Público do Distrito Federal; o Arquivo Público do Senado, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o Museu de Educação do Distrito Federal. Como

¹ O presente estudo contou com apoio à pesquisa da Chamada Interna MTC N° 01/2022, do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (MTC/FE/UnB).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Acadêmico e Profissional) da Universidade de Brasília. E-mail: etienne.baldez@unb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6780-3148>.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília. E-mail: liviadeavelar@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9534-2270>.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília. Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Campos Elíseos. E-mail: thaisa.teixeira2017@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0226-570X>.

primeiras interpretações, foi possível evidenciar que, em Brasília, a constituição da creche e da pré-escola acompanha o ocorrido em outras partes do território brasileiro, com distinção onde a primeira era espaço de guarda e a segunda de práticas pedagógicas com crianças, feitas por professoras com formação. Todavia, localiza-se já uma demanda por creche que acaba ecoando nas páginas do jornal *Correio Braziliense*, ainda que como um direito da mãe e não das crianças. Nos jardins, localiza-se a organização de rotinas, onde as linguagens compareciam, atreladas ao brincar, ainda que não centralizadas nas crianças e sim nas propositoras das atividades: as professoras.

PALAVRAS-CHAVE: Inventário. Creche. Jardim de infância. Brasília.

INVENTORYING RESOURCES, CONSTRUCTING HISTORICAL INTERPRETATIONS: THE DAYCARE AND KINDERGARTEN IN BRASÍLIA (DF, 1960-1970)

ABSTRACT: When one thinks about the constitution of daycare centers and preschools in Brasília, from the moment the capital was inaugurated, on April 21, 1960, there is still a gap in history that allows us to grasp a historical interpretation of the education and care given to these children, at least in the first two decades. To understand this constitution and the practices/conceptions present there, this study locates, through an inventory of sources, the documents that make it possible to go through the traces of the first daycare centers and kindergartens in Brasília, in the 1960s and 1970s. Having defined the intention, the files consulted were: the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP); the Public Archive of the Federal District; the Public Archive of the Senate, the Digital Newspaper Library of the National Library, and the Museum of Education of the Federal District. As first interpretations, it was possible to show that, in Brasília, the creation of the daycare center and preschool follows what happened in other parts of the Brazilian territory, with distinction where the first was a guard space and the second of pedagogical practices with children, made by trained teachers. However, there is already a demand for daycare that ends up echoing in the pages of the *Correio Braziliense* newspaper, albeit as a right of the mother and not of the children. In the kindergartens, the organization of routines is located, where the languages appeared, linked to playing, although not centered on the children, but on the proposers of the activities: the teachers.

KEYWORDS: Inventory. Daycare. Kindergarten. Brasília.

INVENTARIANDO LAS FUENTES, CONSTRUYENDO INTERPRETACIONES HISTÓRICAS: LA GUARDERÍA Y EL JARDÍN DE NIÑOS EN BRASÍLIA (DF, 1960-1970)

RESUMEN: Cuando se piensa en la creación de guarderías y preescolares en Brasilia, desde el momento de la inauguración de la capital, el 21 de abril de 1960, todavía hay un vacío en la historia que permite aprehender una interpretación histórica de la educación y el cuidado dados a estos niños, al menos en las dos primeras décadas. Para comprender esa constitución y las prácticas/concepciones que allí estarían presentes, este estudio localiza, a través de un inventario de fuentes, los documentos que posibilitan recorrer los vestigios de las primeras guarderías y jardines de infancia en Brasilia, en el 1960 y 1970. Una vez delimitada la intención, los archivos consultados fueron: el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP); el Archivo Público del Distrito Federal; el Archivo Público del Senado, la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional y el Museo de la Educación del Distrito Federal. Como primeras interpretaciones, fue posible mostrar que, en Brasilia, la creación de la guardería y preescolar sigue lo que sucedió en otras partes del territorio brasileño, con distinción donde la primera fue un espacio de guardia y la segunda de prácticas pedagógicas con niños, realizados por maestros capacitados. Sin embargo, ya existe una demanda de guarderías que termina haciendo eco en las páginas del diario *Correio Braziliense*, aunque sea como un derecho de la madre y no de los niños. En los jardines se ubica la organización de rutinas, donde aparecieron los lenguajes, ligados al juego, aunque no centrados en los niños, sino en los proponentes de las actividades: los docentes.

PALABRAS CLAVE: Inventario. Guardería. Jardín de infancia. Brasilia.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de perceber a criança e suas ações ao longo da história, Becchi e Julia (1996) demonstram que elas sempre foram apresentadas e interpretadas pelos adultos. Segundo Becchi (2010, p. VI), “o conhecimento da criança no presente e a reconstrução da história da infância no passado podem ser inseridos nesse quadro, que é de incerteza discursiva, de início de conhecimento, de difícil identificação do objeto a ser tratado”, que acaba exigindo das pessoas que com ela lidam, “a mobilidade

do olhar e a sensibilidade da audição”. Perceber os espaços institucionais, onde essas crianças recebiam cuidado e educação no Distrito Federal, é também realizar o esforço de identificar neles os pequenos e as práticas a eles voltadas. E isso nos leva a buscar informações nos Arquivos e seus acervos, inventariando as fontes que permitem contar a história dos jardins de infância e das creches em Brasília e, conseqüentemente, a história dos sujeitos que nelas estavam matriculadas: as crianças.

Farge (2009), ao lidar com as fontes do arquivo judiciário em que realizava sua pesquisa, descreve as potencialidades do arquivo, tais como: ele “age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo”. E continua: “sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná⁵ que se oferece, justificando plenamente o seu nome: fonte” (FARGE, 2009, p. 15). A metáfora do “maná” realmente é muitas vezes adequada, quando consideramos que ficamos muitas horas, dias, debruçados na leitura das fontes, até que em algum momento encontramos uma que fala diretamente ao nosso objeto investigado.

Nesse momento, o coração se alegra, as mãos correm para registrar a ocorrência, e aquilo que era inacessível – saber sobre as creches e os jardins de infância do passado, no Distrito Federal – acaba se tornando vívido aos olhos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é localizar nos arquivos de Brasília os vestígios das primeiras creches e jardins de infância criados nas décadas de 1960 e 1970 e, por meio desses, construir uma narrativa histórica sobre sua configuração e, quando possível, sobre as práticas ali vivenciadas pelas crianças.

A construção de Brasília no final da década de 1950, à luz das ideias de Juscelino Kubitschek, propunha uma cidade moderna e completa para seus habitantes, servindo o país como a nova capital, além de apresentar um modelo de educação inovador. Propuseram então, o Plano de Construções Escolares de Brasília, visando atender, principalmente, os

⁵ O sentido dado pela autora, de que o arquivo descoberto pelo pesquisador traz consigo as fontes, que podem ser compreendidas na metáfora do maná, significando um alimento ou uma dádiva divina. Dessa forma, a fonte seria essa dádiva que os historiadores recebem dos arquivos, para construírem sua interpretação e narrativa histórica.

filhos de operários, que começaram a chegar em maior número na cidade, a partir de 1957 (PINTO; MÜLLER; ANJOS, 2020).

O projeto idealizado por Anísio Teixeira (1961), entretanto, se destinava à criação e ao desenvolvimento de instituições educativas, como os Jardins de Infância e as Escolas Classe, mas a creche, como não se enquadrava nessa classificação e era somente dedicada ao cuidado e guarda de crianças⁶, não esteve ali considerada. O Censo do Distrito Federal, de 1965, aponta que haviam 64.004 crianças menores de 7 anos vivendo na cidade (RBEP, 1965, p. 115), número que, apesar de ser expressivo, não é indicativo de espaços adequados ao cuidado e à educação dessas crianças, especialmente para aquelas na faixa etária de 0 a 3 anos. Cabe aqui, então, o questionamento de quais locais existiam para o atendimento das crianças muito pequenas em Brasília nas duas primeiras décadas e como ele ocorria.

Pesquisar sobre a educação das crianças nos jardins de infância (pré-escolar ou pré-primário), durante o período de construção de Brasília, é ainda um campo pouco explorado, considerando que as instituições pré-escolares da capital foram criadas sob caráter de “improvisado, em espaços remanescentes e aquém da demanda” (PINTO, MÜLLER, ANJOS, 2020, p. 301). Por isso, os documentos pesquisados apresentam poucos vestígios sobre a construção e organização das creches e vão “contra nossa ideia de produtividade: são incompletos, contraditórios, ilegíveis e até falsamente fáceis” (GAMA, 2010, p. 250). Assim, como aponta Certeau (1979), a pesquisa histórica se articula entre o que é possível e o que é impossível de ser encontrado, sendo a interpretação das informações pelo historiador a conexão entre esses dois lugares.

Ainda que escassos, a análise desses documentos é essencial para compreender o processo de criação e os objetivos que possuíam as creches de Brasília na década de 1960 e de 1970, visto que, através deles, “pode-se desvendar parte do passado, pois em sua essência é possível identificar impressões do período em que foram produzidos, mesmo que da forma mais subjetiva possível, tornando os acontecimentos imortais aos olhos dos que analisam esses fragmentos” (CARLI, 2013, p. 189).

⁶ Sobre as creches, ver: ROSEMBERG, 1984; 1989; SOUZA, KRAMER, 1987; VIEIRA, 1988; OLIVEIRA, 1988.

Dessa forma, os acervos e fontes pesquisados se constituem como lugares de memória, entendendo-os como “a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama” (NORA, 1993, p. 12). As fontes são vestígios, pistas, indícios materiais e imateriais produzidos pelos homens, mulheres e crianças.

É o historiador quem dá voz a esse lugar e transforma os arquivos em locais de memória, e esta, por sua vez, é quem “media o encontro do historiador com o arquivo”. (ANJOS, 2018, p. 283). É também papel do historiador manter essas memórias vivas, porque sem o interesse, a interpretação e o manuseio dos arquivos, eles se tornam apenas documentos em desuso. Como Nora (1993) afirma, “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. [...] A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14). E, para construir essa história, é necessário analisar não somente os dados, mas colocá-los em contraposição com outros arquivos e textos, visto que “os documentos não falam sozinhos, precisam da ação do historiador, que os problematiza”. (CUNHA, 2020, p. 24).

Com esse entendimento, os arquivos e documentos pesquisados tomam o recorte deste estudo (1960 a 1970) como delimitação para as buscas, sendo aqui utilizado: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), das edições de 1960 a 1965; o Arquivo Público do Distrito Federal, com a Revista Brasília, das edições de 1957 a 1960; o Arquivo Público do Senado, também com a Revista Brasília, das edições de 1960 a 1963 e 1965; o Museu de Educação do Distrito Federal, com documentos de 1960 a 1979 e o Arquivo Público do Distrito Federal, com documentos oriundos dos fundos: Fundação Cultural do DF, GABGOV, NOVACAP⁷, Secretaria de Educação do DF, Yvonne Jean e Secretaria de Comunicação Social, de 1960 a 1979⁸. O quadro a seguir

⁷ Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

⁸ É pertinente explicar que os anos demarcados da RBEP corresponde àqueles que têm edições anteriores disponibilizadas no site e que o recorte temporal apresentado em cada arquivo não representa somente as datas que possuem informações relativas à pesquisa, mas todas as edições dos jornais e revistas encontrados. Visto que são limitados, nem todos os arquivos

permite uma rápida visualização⁹ das possibilidades de fontes que podem ser consideradas quando se pensa em pesquisas que tomem a creche e a pré-escola em Brasília como objetos para a construção de uma interpretação sobre a história da educação.

QUADRO 1: Arquivos e fontes para a história da educação pré-escolar no DF

ARQUIVO	FONTE
Arquivo Público do Distrito Federal	Fundos Fundação Cultural do DF, GABGOV, NOVACAP, Secretaria de Educação do DF, Yvonne Jean e Secretaria de Comunicação Social e a Revista Brasília com um compilado de: fotos de jardins e de crianças; notícias e reportagens diversas sobre os jardins de infância, professoras, etc.; boletins de gastos anuais com jardins; pedidos de doação para bom funcionamento das creches do DF; Atas de criação de creches; aprovação de planta para criação de jardim de infância.
Biblioteca Central da Universidade de Brasília	Manuais voltados para professoras do Jardim de Infância; Boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal (aprovação para funcionamento de escola maternal e jardim de infância).

disponíveis na *internet* possuem edições para cada ano delimitado nesta pesquisa e, portanto, as datas supracitadas correspondem a todos os arquivos encontrados entre 1960 e 1970.

⁹ Acervo do projeto de pesquisa Jardins de Infância no Distrito Federal: uma história da sua institucionalização (1960-1980), realizado entre 2019 a 2022, que teve como desmembramento o plano de trabalho de PIBIC em 2020 e 2021 a pesquisa “Jardins de infância e creches no Distrito Federal: acervos de pesquisa e inventário de fontes”. Com o intuito de inventariar as fontes, todas que foram encontradas fazem agora parte de um banco de dados para a pesquisa, sendo impossível reproduzi-lo em um artigo pela sua dimensão.

<p>Biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP</p>	<p>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) com nomenclaturas para as creches e circulação: n. 87, p. 7 - 20, v. 38 (instituições pré-escolares, casas maternais); n. 79, p. 119, v. 34 (Manifesto da Escola Nova, ensino primário e pré-escolar); n. 88, p. 202, v. 38, (asilos de crianças pobres/abandonadas); n. 87, p. 12, v. 38 (casas maternais, panorama internacional); n. 91, p. 82, v. 40 (Construção da Universidade (UnB), Faculdade de Educação como local de formação para a prática e formação de professores a partir do jardim de infância).</p>
<p>Museu de Educação do Distrito Federal</p>	<p>Documentos Oficiais do governo (relatórios, publicações, ofícios, entre outros); Entrevistas com professoras pioneiras de Brasília; Plano das Construções Escolares de Brasília; Fotografias, documento de avaliação escolar.</p>
<p>Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional</p>	<p>Jornal Correio Braziliense com: criação de creches e pedidos de doações para as mesmas; criação de jardins de infância; objetos e móveis para os jardins de infância; eventos nos jardins de infância; arquitetura dos jardins de infância; necessidade de creches.</p>
<p>Arquivo do Senado</p>	<p>Revista Brasília com: construção do “Superbloco de Habitação”, com construção de creche e jardim de infância (1957); creche do Hospital de Base (1961); fornecimento material para a construção de creche (1961); imagens dos desenhos do território projetado de Brasília, com indicação dos locais para instituições de ensino (1957, 1958).</p>

Fonte: Acervos dos arquivos de Brasília (1960 – 1970) – organizado pelas autoras

Para além dos acervos indicados anteriormente, fez-se uso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), especificamente do jornal *Correio Braziliense*, nas duas primeiras décadas, com o intuito de contrapor as informações encontradas e, posteriormente, construir uma interpretação histórica sobre essa primeira década de constituição das creches e jardins de infância em Brasília. Essa ida ao jornal se torna pertinente, visto que, segundo Campos (2012), eles são “espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros; locais privilegiados [...] para a construção, reconfiguração e exposição de valores, ideias e sensibilidades” (CAMPOS, 2012, p. 64).

Feito esse primeiro movimento de inventariar fontes que alguns questionamentos em torno da configuração da creche e pré-escola em Brasília puderam ser respondidos e uma interpretação histórica sobre a educação dos bebês e das crianças pequenas, nas duas primeiras décadas de constituição da capital do país, começou a ser escrita. Nesse sentido, este estudo se subdivide em dois momentos, um para cada espaço não familiar de educação das crianças aqui investigados.

O ESPAÇO DOS BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS: A CRECHE

A creche foi “criada na França em 1844”, mas “é na década de 1870 – com as descobertas no campo da microbiologia, que viabilizaram a amamentação artificial – que a creche encontra condições mais efetivas para se difundir interna e internacionalmente, chegando também ao Brasil”. (KUHLMANN JR, 2000, p. 7). Em seus primórdios, as creches não eram locais educativos, mas foram por muito tempo associadas a espaços de guarda da criança pequena, sem um compromisso maior com as práticas educativas e com os profissionais que ali atuavam (GUIMARÃES, 2017). Essas instituições se expandiram pela Europa, como resposta à necessidade das mães pobres e trabalhadoras que precisavam sair de casa para garantir seu sustento e não tinham um espaço adequado para deixar seus filhos.

Considerando o contexto brasileiro, Kuhlmann Jr. (2000) aponta que nas décadas passadas “não se cogitava de que mulheres de outra condição social pudessem querer trabalhar quando gerassem crianças pequenas, e, caso isso ocorresse, a solução deveria ficar no âmbito do doméstico, do privado”. (KUHLMANN JR., 2000, p. 12). Segundo Guimarães (2017), as mulheres que não conseguiam cuidar de seus filhos, muito frequentemente os abandonavam, gerando altos números de crianças desamparadas. Assim, “para os pobres, a creche seria um meio para promover a organização familiar, e por isso sempre se colocou como complementar a ela”. (KUHLMANN JR, 2000, p. 12).

O foco dessas instituições não era, então, pedagógico, mas voltado para uma tentativa de “minimizar os problemas sociais decorrentes do estado de miséria de mulheres e crianças”, e suas práticas eram marcadas “pelo cuidado com o corpo, saúde e alimentação”. (GUIMARÃES, 2017, p. 90), influenciadas também pelo movimento higienista, que buscava atuar na diminuição da mortalidade infantil, servindo “como dispositivo para disciplinar mães e educar crianças nos preceitos da puericultura”. (VIEIRA, 1988, p. 4).

Assim, as creches se desenvolveram, sobretudo, sob duas vertentes: a do assistencialismo e a da religiosidade. Eram as associações filantrópicas e as da Igreja Católica, em sua maioria, que mantinham locais para a guarda das crianças pobres. Segundo Kuhlmann Jr (2005; 2007), a creche no Brasil era também voltada para uma pedagogia da submissão, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, aliadas ao interesse militar de que os pobres continuassem na mesma posição social, sem questioná-la, acreditando que as creches eram uma benção concedida a eles. Tal pedagogia pode ser caracterizada por uma “concepção preconceituosa da pobreza” e por “um atendimento de baixa qualidade” (KUHLMANN JUNIOR., 2004, p.182 apud GUIMARÃES, 2017, p. 101). Além disso, segundo Guimarães (2017), o cuidado com o corpo, a higiene e a proteção das crianças eram base dessa pedagogia assistencialista.

Isso, de certa forma, desobrigava o Estado a fiscalizar, manter e criar novas instituições, “transferindo para a sociedade civil uma responsabilidade inquestionavelmente estatal”. (SPADA, 2005, p. 4). Dessa forma, a creche não recebia grandes investimentos, como aponta

Kuhlmann Jr. (2000), e era discriminada socialmente, de forma que ficou “durante anos envolta em um nebuloso conceito de assistencialismo, o que impossibilitou a construção de uma identidade bem definida e bem estabelecida não somente para a instituição, mas também para seus funcionários”. (SPADA, 2005, p. 2).

As concepções sociais e também as legislações para a infância acompanhavam esse cenário de indefinição das propostas da creche. As décadas de 1940 e 1950 no Brasil, intensificaram os debates sobre a infância e as instituições específicas para ela, a partir da atuação do Departamento Nacional da Criança (DNCr) e da publicação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959 (GUIMARÃES, 2017). Kuhlmann Jr. (2000) aponta que as mudanças no cenário internacional intensificaram a preocupação com as crianças, impactando nas políticas públicas voltadas a elas, mas mesmo assim, a atenção era muito voltada para os jardins de infância, que já possuíam uma vertente pedagógica, e não para as creches. Segundo Oliveira (1988, p. 47), ao contrário dos jardins, na creche “não era valorizado um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças”, fato reforçado pela publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024/61, que não apontava a creche como espaço educativo, apenas citava que a educação, para os menores de sete anos, deveria ser feita em jardins de infância ou em escolas maternas. (BRASIL, 1961).

Somado a isso, conforme apontam Nascimento, Brancher e Oliveira (2008, p. 2), a criança, até a década de 1960, não era alvo de pesquisas que a tomassem pelas perspectivas de sua ação socio-histórica, “indício da incapacidade por parte do adulto de ver a criança em sua perspectiva histórica”. Como relembram os atores supracitados, o conceito de infância surgiu no século XVII, para designar a primeira fase da vida, amparada pelo cuidado, “proteção, amparo, dependência”, ideais que se mantêm até os dias atuais e perpassam as concepções ainda adotadas nas instituições de educação infantil. Esse conceito vai, aos poucos, tomando novas formas com a educação escolar das crianças e é discutida atualmente sob diferentes perspectivas. (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008, p. 2).

O uso de diferentes nomenclaturas, para definir o espaço destinado para a educação das crianças pequenas, também gerava indefinição quanto ao trabalho e aos profissionais ideais para as creches. Como mostra Didonet (2001), “os primeiros nomes dessa instituição são reveladores do seu propósito: *garderie*, na França; *asili*, na Itália; *écoles gardiennes*, na Bélgica. [...] “Guarda da criança” também foi a expressão que traduzia a intenção nos primórdios dessa instituição no Brasil” (DIDONET, 2001, p. 12). Lentamente, a nomenclatura foi mudando, para revelar novas concepções para as creches, retirando a noção de que a escola maternal era apenas para os pobres e “passando a defini-la como a instituição que atenderia a faixa etária dos 2 aos 4 anos [...]. Mais tarde, essa especialização etária irá se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (*berçário*, *maternal*, *jardim*, *prê*)”. (KUHLMANN JR, 2005, p. 186).

Dessa forma, as diferentes nomenclaturas, concepções e espaços em que as creches eram mantidas contribuíram para seu lento processo de expansão. Oliveira (1988) ressalta que houve um crescimento de instituições para a criança pequena a partir dos anos 1960, visto que a educação fora da família passa a ser mais valorizada, mesmo que essa ampliação não garantisse qualidade. Entretanto, mesmo com um crescente “clima pedagógico” nas creches, nas décadas de 1950 e 1960, como afirma Kuhlmann Jr. (2005, p. 188), essas instituições ainda continuaram sob a vigilância de organizações religiosas e filantrópicas até o final da década de 1970, quando surgem movimentos sociais e feministas pressionando as autoridades públicas para que mais creches fossem criadas. (GUIMARÃES, 2017).

Apesar de ser voltado para o cenário do Distrito Federal, o estudo também levantou dados sobre instituições de outras creches do Brasil e de fora do país, visto que é possível articular as histórias, a fim de compreender mais sobre o processo de construção e expansão dessas instituições no Novecentos, percebendo as semelhanças e diferenças entre elas, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. É o caso de uma ocorrência da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1960)

que aponta que a pré-escola na União Soviética era muito valorizada e contava com um grande número de estabelecimentos para essas crianças. (RBEP, 1960, p. 229).

Esse dado, por sua vez, não revela a realidade brasileira, visto que as ocorrências apontam para o fato de que as discussões sobre creche depois da metade do século XX e especialmente no Distrito Federal ainda estavam se desenvolvendo, considerando a pouca quantidade de informações encontradas. Entretanto, elas indicam questões importantes sobre a creche no período. De acordo com a nota explicativa sobre as primeiras escolas de Brasília, essas eram precárias e tinham caráter provisório, para atender os filhos dos trabalhadores e moradores da região. (MUSEU DA EDUCAÇÃO, 2017, s.p.).

O Concurso de professoras para o Plano Piloto, encontrado na pesquisa, demonstra que já havia na capital, antes mesmo de sua inauguração, preocupação com a educação das crianças pequenas que nela chegariam. A Revista Brasília (1957) registra que um dos participantes, Rino Levi, “projetou o “Superbloco de Habitação”, que comporta 16.000 habitantes”. (REVISTA BRASÍLIA, 1957, p. 12). Na planta apresentada, nas duas extremidades das ruas seriam “dispostos o jardim de infância, creche, centro de saúde, com as respectivas áreas de balanço, destinadas aos recreios sob céu aberto”. (REVISTA BRASÍLIA, 1957, p. 12). Essa atenção para a creche aponta que, apesar de ainda não ser de caráter educativo, ela era reconhecida como necessária para o atendimento das crianças pequenas do Distrito Federal, mesmo que, a princípio, pudesse estar relacionada com a necessidade da mãe trabalhadora, como ocorria naquele período.

Um dos assuntos que também merece destaque neste estudo são as diferentes nomenclaturas utilizadas na época para se referir às instituições de atendimento às crianças pequenas. Além de jardim de infância, pré-escola e creche, os termos casas maternais, escolas maternais e asilo aparecem na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), além da referência a casas de guarda da França. Não só os nomes, como também a faixa etária não era bem especificada para cada instituição, sendo que

muitas consideram a pré-escola para crianças menores de sete anos, o que não deixa claro a idade exata em que os pequenos iniciavam cada etapa.

Essa indefinição indica também uma disparidade dos atendimentos feitos nessas instituições, que ora aparecem dentro da legislação, como na reforma educacional Fernando de Azevedo, ora aparecem como serviços mantidos por associações religiosas, já que “a creche foi uma instituição assistencial e filantrópica, a cargo de ordens religiosas ou com a participação de sociedades de caridade criadas por damas da sociedade”. (BASTOS, 2017, p. 357). O caráter religioso das organizações é ressaltado pelos nomes das creches que aparecem na pesquisa, tais como a Associação de São Vicente de Paula¹⁰, a creche Medalha Milagrosa¹¹ e a creche Nossa Senhora da Divina Providência¹². Para essas creches, são recorrentes os pedidos de doação de terreno, dinheiro e materiais, especialmente nos arquivos da NOVACAP, do acervo do Arquivo Público do DF, o que evidencia também uma forma de parceria entre Estado e instituições filantrópicas, como demonstra Spada (2005).

Ainda que na década de 1960 já houvesse novas concepções acerca do atendimento da creche e da necessidade da educação para a pequena infância, o caráter assistencialista do cuidado com a criança pobre perdurava. A pesquisa aponta para vestígios dessa educação assistencial para os pobres, como pode ser observado no quadro 2.

¹⁰ Associação São Vicente de Paula: A localização não foi encontrada.

¹¹ Creche Medalha Milagrosa: Localizada na Estrada Parque Dom Bosco (Paranoá). (CORREIO BRAZILIENSE, 15/04/1962, p. 38).

¹² Creche Nossa Senhora da Divina Providência: Se situava entre as quadras 408 e 208. (CORREIO BRAZILIENSE, 05/10/1968, p. 12).

QUADRO 2: Pedidos de doação para bom funcionamento das creches do DF

Acervo	Fundo	Tipo de Fonte	Ocorrência	Data	Observações
NOVACAP, Arquivo Público do Senado	Revista Brasília	Ata de reunião	Ano 5, número 50-52, p. 67	Fevereiro - Abril de 1961	Na 160ª reunião da Novacap, há na pauta o fornecimento de material de construção para a Associação de São Vicente de Paula, destinado à edificação, dentre outros, de uma creche
HBDN	Correio Braziliense	Coluna do Jbrnal	Oc. 84, p. 7, edição 02546 (1)	05/04/1968	A creche Medalha Milagrosa, tem como intuito abrigar crianças pobres que passam necessidades. A creche enfrenta dificuldades e pede, a mais de um ano, um telefone.
NOVACAP	Museu da educação	Ata de reunião	Código 210.1 - Atas da Novacap	20/08/1964	Ata da 409ª reunião do Conselho de Administração da Novacap: é aprovada a doação de terrenos para a construção de uma creche e de outros estabelecimentos para o Instituto e Creche Nossa Senhora da Divina Providência.

Fonte: Acervos dos arquivos de Brasília (de 1960 a 1969) – organizado pelas autoras.

Os pedidos de doação de materiais e de terreno pelas creches e instituições pré-escolares são recorrentes nos arquivos encontrados. Sobre dificuldade no funcionamento, tem-se a creche Ana Paula, muito citada no Jornal Correio Braziliense, que foi inaugurada em agosto de 1961 (CORREIO BRAZILIENSE, 22/08/1961, p. 8). Entretanto, uma das colunas aponta que, sete meses após a inauguração, a instituição ainda não estava funcionando por falta de verba da prefeitura, mesmo tendo sido reformada (CORREIO BRAZILIENSE, 17/03/1962, p. 7). Cabe aqui indagar sobre o porquê da creche Ana Paula não estar atendendo as crianças pequenas, já que o arquivo nem sempre disponibiliza todas as informações necessárias e “possui relações de poder que o tornam acessível ou não” (ANJOS, 2018, p. 285). Assim, questionar o motivo do financiamento não estar de acordo com o previsto, e o porquê de uma

instituição tão necessária não estar disponível à população, são também importantes problematizações de quem faz a pesquisa.

Além dessas instituições, outros nomes surgem nos arquivos, como a creche Casa do Candango, “entidade filantrópica, que nasceu e cresceu em Brasília” (CORREIO BRAZILIENSE, 21/04/1975, p. 2) e que atendia a órfãos, com distinção de atendimento no pré-maternal, no pré-primário e na creche. Leandro (2020, p. 46 e 47) aponta que, com a demanda das mães, “a instituição que atendia apenas aos órfãos, abre suas portas para receber as crianças”, mais especificamente as “das superquadras próximas a L2”. No jornal ainda é possível colher a informação de que se cobraria uma taxa que serviria para a manutenção da creche”. (CORREIO BRAZILIENSE, 10/01/1970, p. 7). De acordo com Leandro (2020, p. 47), “a Casa do Candango expandiu seus trabalhos para Ceilândia, inaugurando a primeira creche na região (CORREIO BRAZILIENSE, 06/03/1971, p. 11)”. No Distrito Federal, a filantropia permeia o funcionamento das creches:

A creche, no Distrito Federal, também aparece relacionada a festas e eventos beneficentes, como em uma exibição de filmes em benefício ao Instituto e Creche Nossa Senhora da Divina Providência. “Filme: a Escola-Parque exibirá às 10 horas do próximo dia 4 um filme com “Topo Gigio”, em benefício do Instituto e Creche Nossa Senhora da Divina Providência”. (CORREIO BRAZILIENSE, 03/01/1970 p. 02). Outros eventos também comparecem no jornal, tais como sorteios, bazar, almoços, chá da tarde e outros com renda destinadas às instituições. (LEANDRO, 2020, p. 47).

É necessário salientar que as instituições encontradas na pesquisa se situam em diferentes locais de Brasília. As creches “Ana Paula”, “Casa do Candango” e “Nossa Senhora da Divina Providência” se localizavam no Plano Piloto, enquanto a “Medalha Milagrosa” se localizava no Paranoá. Ainda que não seja possível fazer um comparativo sobre os atendimentos e recursos de cada uma delas, visto que foge do foco da pesquisa, é perceptível que todas se mantinham a partir da “contribuição da

comunidade na solução dos problemas comuns [...]”, que “se manifesta na forma de doações”. (FRANCO, 1984, p. 25). Como aponta Franco (1984, p. 25), de certo modo “essas comunidades são penalizadas, apesar de seus parques recursos, seja pelo que contribuem, seja pelo que não recebem”.

Todavia, no total, foram encontradas seis instituições pré-escolares no Distrito Federal na década de 1960, que continuaram a funcionar na década seguinte, formando um número considerável de espaços para o atendimento da criança pequena, o que pode indicar que o cuidado com a infância estava ganhando certo destaque na sociedade da nova capital, ainda que os dados da pesquisa e o diálogo com outros estudos, como o de Leandro (2020), apontem para o fato de que nem todas as creches funcionavam como o esperado ou se voltavam para a mesma classe econômica.

Nas páginas do jornal *Correio Braziliense*, os primeiros anúncios de creches eram vistos entre os classificados e algumas instituições apareceram em outras colunas. As instituições privadas surgem como alternativa para as famílias que não possuíam parentes ou empregados para deixar as crianças. Esses anúncios reforçavam que a creche privada era um lugar de desenvolvimento pedagógico (LEANDRO, 2020, p. 44).

Para as crianças das famílias que podiam arcar com o custo da creche privada, ou que as mães tinham tal benefício em razão do trabalho, havia um esforço de se apresentar no jornal *Correio Braziliense* pelo viés do trabalho pedagógico e não somente espaço de guarda. Em seu estudo, Leandro (2020) destaca também o anúncio da creche Peralta, onde se percebe uma crítica ao não envio das crianças para a creche, quando se podia deixá-las em casa com uma pessoa contratada para cuidá-la: “a babá olha, mas não educa” (LEANDRO, 2020, p. 44).

OS ARQUIVOS E AS FONTES SOBRE OS JARDINS: USOS E SIGNIFICADOS

Da criação do primeiro jardim de infância no Brasil (1875), até agora (2023), se passaram quatorze décadas, com mudanças diversas quanto à idade das crianças atendidas, métodos utilizados, formação dos profissionais, qualidade, fomento, normatizações, entre outras. Sobre a década aqui investigada, Thiessen, Didonet e Agostinho (1979) escrevem que ela “pode ser considerada um marco na realização de estudos sobre as condições ambientais de desenvolvimento das crianças pré-escolares”, sem contar que, a partir desse período, houve um grande destaque para as condições de “inferioridade a que estavam submetidas as [crianças] de ambiente sócio-economicamente carentes” (THIESSEN; DIDONET; AGOSTINHO, 1979, p. 188). Resumidamente, as crianças eram classificadas de acordo com três grupos, diante dos objetivos propostos: “a) compensatórios, b) preventivos e c) de enriquecimento ou aceleração” (DIDONET, 1979, p. 188).

No caso do Distrito Federal é possível apurar com as fontes inventariadas que existiam práticas voltadas para o ensino pré-primário mesmo antes da inauguração da capital, que ocorreu em 21 de abril de 1960. Embasando-se em alguns relatos de professoras “pioneiras¹³”, essa existência de práticas pedagógicas fica aparente, quando mencionam a existência de manuais ou cartilhas escolares e quando enfatizam as atividades realizadas, tal como o faz a professora Beatriz Ros (2009):

A respeito da rotina das crianças no Jardim destacando para as atividades livres e múltiplas, como a hora das novidades, hora da historinha, jogos, brincadeiras, exercícios, cantinho da boneca, música, teatro e artes plásticas, culminando com o recreio, a ginástica, o lanche e a avaliação do dia (ROS, 2009, s.p.).

¹³ Pioneiras: pessoas as quais estiveram trabalhando, convivendo na construção e inauguração de Brasília. Esses relatos orais de professoras foram colhidos pela equipe do Museu de Educação do Distrito Federal.

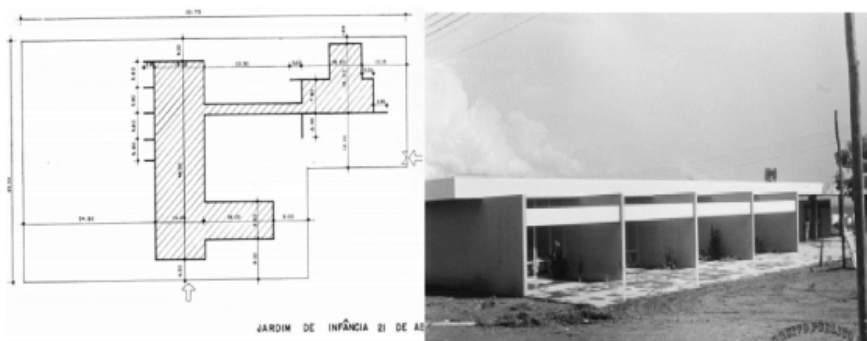
Partindo do pressuposto que dentro dos processos educativos existem muitas variáveis que influenciam as aprendizagens e o desenvolvimento, pode-se considerar que o espaço, também faz parte desse escopo. É pertinente destacar que, antes da inauguração da capital, escolas e jardins de infância foram construídos, uma vez que as crianças, que vieram com suas famílias para construir Brasília, precisavam de instituições educativas. Com o intuito de atender a essa necessidade da educação, alguns órgãos foram criados com a finalidade de cuidar, zelar e se responsabilizar por esse processo. A NOVACAP foi a empresa responsável não só pelas obras, mas também por cuidar do sistema educacional provisoriamente na década, de 1957 a 1959. Segundo Anjos, Müller e Pinto (2018): “outro indicativo do rápido crescimento do sistema educacional de Brasília é que no final de 1959, antes sequer da inauguração oficial da cidade, havia no DF mais de 100 professoras contratadas, distribuídas em 18 escolas primárias e três Jardins de Infância”. (ANJOS, MÜLLER, PINTO, 2018, p. 7).

Ao atentar-se à docência, Micarello (2011) demonstra a existência de processos de indefinição do que era realmente o campo da educação infantil, e que essas ocorrências trouxeram repercussões no modo e modelo de como deveria ser a docência para a criança pequena no Brasil como um todo. Sabe-se que a existência de locais para as crianças era uma oportunidade que se abria às mulheres para adentrar o mercado de trabalho. Além de ser também uma forma de garantir cuidados maternos às crianças pela figura feminina que não era sua mãe, mas que era mulher.

No caso específico de Brasília, já estava disposto em seu projeto arquitetônico, a destinação de espaços específicos para a construção dos jardins de infância. Para cada quadra seria construído: “1- jardim da infância, com 4 salas, para, em 2 turnos de funcionamento, atender a 160 crianças (8 turmas de 20 crianças)” (TEIXEIRA, 1961, p.196). Em se tratando dos jardins, o Jardim Ernestino Guimarães foi a primeira instituição pré-primária criada em Brasília, em 1958; sendo logo depois extinta, assim como o Jardim de Infância das Casas Populares, que havia sido edificado em 1959. Em seguida foram criados o Jardim de Infância 21 de abril e o Jardim de Infância da 208 Sul, em 1960; esses até hoje ativos.

Com essa organização que é, antes de tudo, arquitetônica, é possível atentar-se para os jardins de infância e pensar as práticas que poderiam ser realizadas a partir desse espaço pensado para as crianças. Nesse sentido, observa-se a planta do primeiro jardim, o Jardim de Infância 21 de abril, ou como também era conhecido, Jardim de Infância da Caixa Econômica:

IMAGEM 1: Planta baixa do Jardim de Infância 21 de Abril e fotografia da fachada do Jardim de Infância 21 de Abril



Fonte: Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), 1985, p. 33-34

É pertinente considerar que ele é um vestígio de um ambiente projetado com intencionalidade e que revela, sobre os novos paradigmas da época, “o programa de arquitetura da nova rede escolar proposta por ele já expressava o sentido de renovação cultural pretendido pelo grupo de educadores progressistas do qual Anísio fazia parte” (CHAHIN, 2018, p. 27). Assim, ele coaduna com as ideias da Escola Nova, o que permite aqui concordar com o pensamento de Holston (1993), de que “a vinculação entre um projeto urbanístico e um programa de mudança social é traço básico do planejamento em grande escala na arquitetura moderna”. (HOLSTON, 1993, p. 67). Ressalta-se, conforme demarca Chahin (2018), que:

O partido de arquitetura concebido para este programa [para os jardins de infância] dialogava estreitamente com a tipologia definida para o programa escola-classe – pavimento térreo organizado funcionalmente em dois blocos perpendiculares, um definido pela distribuição de salas de aula e outro pelos usos administrativos. Neste projeto, o pátio coberto se conformaria na intersecção entre os blocos e a relação das salas de aula com o exterior seria ainda mais acentuada pelo desenho dos caixilhos de piso a teto, bem como pela criação de uma pequena varanda para cada uma das salas de aula. O programa jardim-de-infância, ainda mais que o escola-classe, encontraria nesta implantação dispositivos projetuais para fazer dos limites da sala de aula espaços de transição fluidos em direção às áreas abertas das superquadras (CHAHIN, 2018, p. 81).

As imagens demonstram a preocupação com os espaços livres, abertos e fluidos que essas pré-escolas possuem. Esses ambientes livres serviam, e ainda servem agora, como oportunidade para que as crianças pudessem brincar e se divertirem. Barbosa (2021a) explicita que “essa arquitetura que permite a fluidez de movimento entre crianças e adultos que frequentam os Jardins de Infância em Brasília pode ser observada como uma garantia do movimento ou desse ir e vir mais fluido, independentemente do tamanho do projeto” (BARBOSA, 2021a, p. 228). Pensando nos espaços internos e no aproveitamento deles pelas crianças, Yvonne Jean, colunista de Educação do Jornal Correio Braziliense, periódico de maior circulação da cidade na época no país¹⁴, problematiza um desses ambientes vazios:

O Jardim de Infância 108 quer aproveitar o grande hall de entrada. É destinado às visitas. Mas visita sempre entra logo na sala da diretora. Esta queria conseguir estantes e aproveitar as mesas e cadeiras para atrair os alunos neste lugar de passagem simpático e amplo. Vamos ajuda-la desde já e mandar livros de imagem para os pequenos do Jardim

¹⁴ BARBOSA, 2021b.

de Infância da IAPB? O convite se estende ao próprio IAPB. VAMOS DAR UM LIVRO A UMA CRIANÇA DE JARDIM? (CORREIO BRAZILIENSE, 8/06/1962, p. 9).

Dois movimentos são possíveis de se identificar na escrita da nota acima: um que evidencia uma necessidade de complementar o espaço arquitetônico idealizado para a educação das crianças, com uma prática relacionada à leitura como algo prazeroso, que atrairia os pequenos para o local. E o outro como aquele que, por meio de um veículo de circulação forte que era o jornal, lançava mão de uma chamada para doação dos livros.

Essa compreensão de ser um espaço físico diferenciado, também está ligado a uma forma poética de entender esses ambientes, como escreveu em sua coluna a jornalista Yvonne Jean, no jornal Correio Brasileiro: “costumamos dizer ‘jardim de infância’ mecanicamente. Não ligamos a expressão com os ‘jardins’ e sua poesia. Foi somente em Brasília que comecei a compreender que o verdadeiro jardim de infância é tanto um belo jardim ao ar livre quanto um prédio de ensino pré-primário”. (CORREIO BRAZILIENSE, 6/07/1962, p. 1). Dois anos depois, nova menção poética é feita na relação com a vida das crianças nos jardins de Brasília:

Aqui nossas crianças podem cantar ao sol dos jardins de infância. Criança pequena não é infeliz. Quando encontra a sua vaga no seu jardim, é claro! Mas em nenhum lugar canta com seu pincel como canta na Escolinha Aliança, em nenhum lugar dá asas tão leves à caneta, tanto sol dourado aos seus sonhos e tantas cores aos seus desenhos que são, como seu ser profundo, alegres e felizes (CORREIO BRAZILIENSE, 26/08/1965, p. 8).

Nas notícias circuladas no jornal, esses ambientes foram apresentados como sendo pensados para todos, independentemente da classe social que o indivíduo pertencia. Uma pista que permite observar essa ocorrência são matérias como a intitulada *Brincam juntos no Jardim de Infância filhos de*

deputados e de “candangos” (CORREIO BRAZILIENSE, 27/04/1960, p. 1). A palavra candango está relacionada a trabalhadores que ajudaram a construir Brasília e que foram os primeiros habitantes da cidade. Seria algo tão natural e proposital, visando uma universalização de acesso ao jardim, essa ocorrência de matrículas de crianças filhas de deputados e candangos? Essa é uma questão que ainda cabe nas investigações realizadas por meio do inventário...

Assim, percebe-se na cidade que os ideais de uma educação pública, universal e gratuita estava posta na pauta daqueles que contribuía para a concretização de Brasília e da proposição no Brasil como um todo. Pensando na escola por meio da tríade elencada, seu principal objetivo era fazer com que o indivíduo se desenvolvesse integralmente. “Sua finalidade é, como o próprio nome revela, ministrar uma educação de base, capaz de habilitar o homem ao trabalho nas suas formas mais comuns.” (TEIXEIRA, 1994, p. 63). Sendo assim, complementa: “[...] não pode ser uma escola de tempo parcial, nem uma escola somente de letras, uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola sobretudo prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e de conviver e de participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão” (TEIXEIRA, 1994, p. 63). Espaços como os jardins de infância também podem ser considerados propícios para que essa transformação educacional acontecesse e que a escola pública, laica, gratuita e de qualidade se efetivasse juntamente com o direito à educação a todos os indivíduos, independentemente da idade – como a das crianças que frequentavam o jardim – de gênero, raça ou classe social.

Em relação ao interior dos jardins de infância e as práticas ali oferecidas às crianças, chega-se ao tópico sobre as professoras que atuavam nestas instituições. Muitas ocorrências compareceram na documentação sobre as docentes, sendo possível identificar que algumas dessas professoras fizeram cursos específicos sobre educação pré-primária ao longo de seu exercício na profissão. Para o contrato de novas professoras, encontra-se uma chamada no Jornal do Brasil, que foi recortada e armazenada no fundo Yvonne Jean, do Arquivo Público do Distrito Federal, com o

título *Ministério da educação recruta professores para ensinar em Brasília*, apontando uma lista do que seria preciso, baseado em dados pessoais e funcionais: “haverá, além disso, entrevistas com professores e técnicos do MEC e uma prova. O candidato, ao se inscrever, é obrigado a optar caso se destine ao Curso primário, por uma das seguintes opções: professor de classe, professor de jardim de infância, professor de educação física” (JORNAL DO BRASIL, 22/01/1960, ArPDF). Além disso, identifica-se formação de algumas professoras no Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), com a participação em uma formação que tinha um livro específico para as professoras do pré-primário: *O que é o Jardim Infância*, escrito por Nazira Abi-Sáber (1962).

No que concerne aos temas elencados durante este estudo (espaço físico destinado às instituições pré-escolares, arquitetura e a contratação e formação de professoras para atuarem nesses espaços), foi possível entender que eles estão interligados, considerando, inclusive, que todas as questões levantadas fazem parte diretamente do Plano de Construções Escolares, proposto durante a gestão de Anísio Teixeira no INEP. Observa-se que os temas estão conectados, tecem uma teia entre si e são importantes para entendimento da conjuntura da época. Indicando que os jardins de infância eram espaços educativos pensados na relação com os conhecimentos científicos para educação integral das crianças pequenas durante o período em tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acaba que essa organização, que ainda não se finda com o inventário até agora realizado, vai ao encontro daquilo que constatarem Mignot, Silva e Silva (2014): “como outros, este inventário é incompleto e inconcluso. Precisa da curiosidade intelectual e da vontade política para que continue, todo dia, no interior de cada escola na busca por conhecer sua história” (MIGNOT; SILVA; SILVA, 2014, p. 20). Ressalta-se que percorrer os arquivos para construir uma pesquisa é lidar com o aspecto físico e com o aspecto epistêmico do arquivo. Como demarca Anjos (2018), nesse “lugar epistêmico” é onde o pesquisador “se questiona (ou deveria sempre se

questionar!) sobre a possibilidade ou a impossibilidade de se construir determinado conhecimento sobre diferentes passados”. (ANJOS, 2018, p. 182). Cabe aqui ressaltar que os arquivos não ditam toda a realidade do período pesquisado, mas apresentam fragmentos desse passado que fica registrado. No caso desta pesquisa, que buscou as creches e os jardins de infância nos arquivos de Brasília nas décadas de 1960 e 1970, foi possível mapear algumas instituições existentes na época, o tipo de atendimento realizado e os documentos que indicaram pistas das características da educação pré-escolar no período abordado.

Concernente a creche, o inventário permite apontar que, em Brasília, as creches também serviam às famílias pobres e que já existiam algumas dessas instituições para cuidar dos bebês e crianças bem pequenas, sabendo que mais de 60.000 crianças pequenas viviam na capital em 1965. O cunho assistencial e de emergência que percorria as primeiras creches do local, além da indefinição sobre as nomenclaturas, faixa etária definida e o tipo de atendimento nessas instituições, podem ser indicativos da escassez de fontes oficiais que citam creches de Brasília. Entretanto, os vestígios encontrados apontam a existência de seis dessas instituições na primeira década e para o caráter assistencialista que possuíam, visto que eram mantidas, em sua maioria, por associações filantrópicas e religiosas, que frequentemente recorriam a doações para funcionar.

Adentrando a década de 1970 pelas páginas do jornal *Correio Braziliense*, Leandro (2020, p. 54) demarca que “a creche aparece como reivindicação de mães, todavia, a luta por creche de maneira direta não foi tema de nenhuma reportagem ou de mobilizações que pudessem aqui ser evidenciadas. Porém, há alguns relatos de mães que reivindicavam lugares para os seus filhos”. Tal ação evidencia que a creche já estava na pauta das mães e que sua visibilidade e necessidade se fazia perceber no jornal e, conseqüentemente, para aqueles que tinham poder de propor mudanças para tal atendimento.

Sobre os jardins de infância, é pertinente relembrar que Brasília tem uma configuração um pouco diversa, porque surge a partir de um conceito de capital moderna que se quer dar a ver ao país e ao mundo. Dessa forma, o Plano de Construções Escolares de Brasília (1961), escrito enquanto

Anísio Teixeira esteve à frente da direção do Inep, permite visualizar uma organização, não somente pela nomenclatura como também pela disposição dos prédios escolares e sua função na organização da cidade, que é diversa da encontrada em outros locais do país. Nesse Plano, o sistema de ensino pensado, denominado de Centro de Educação Elementar, está organizado pelos jardins de infância, pela educação primária, pelas escolas-classe e escolas-parque. Na disposição territorial, a indicação é de que a cada quadra houvesse um jardim de infância e uma escola-classe e, em cada grupo de quatro quadras, a escola-parque, que contemplaria o currículo das escolas-classe no campo artístico, físico, recreativo e iniciação ao trabalho.

Como pode ser observado, em um momento em que ainda a educação da criança pequena (na pré-escola) não fazia parte do sistema de ensino brasileiro de forma obrigatória, como ocorre agora com a nossa legislação¹⁵, ela estava considerada na capital como elo educativo que formava todo o percurso que a criança e o jovem passariam na sua formação. Nesse sentido, é um aspecto diverso do panorama geral brasileiro. Outro ponto interessante é a arquitetura de alguns prédios de jardins de infância do Plano Piloto, que coadunam com uma proposta de que não haveria distinção entre os que ali frequentassem.

A arquitetura aqui acaba por nos remeter àquilo que Silva (2012) também constatou ao analisar espaços escolares de Santa Catarina: que na “pedagogia de Anísio Teixeira – a ideia de oportunidades para todos em uma “escola única”, tornava nebulosa a dicotomia entre elite-povo, e a organização da sociedade segundo uma ordem hierárquica de capacidades – levava à exaltação de uma razão científica na arquitetura escolar, que se expressou na forma de uma racionalização funcionalista. O resultado prático dessas ideias na arquitetura escolar foi um “projeto padrão”, de linhas retas, funcional na estrutura e na forma, sem adereços e sem personalidade, sem autor, que passa a ser “o modelo a ser seguido” como garantia de “escola para todos”. (SILVA, 2012, p. 51).

O inventário de fontes demonstrou que algumas informações são de fácil acesso, estão claras para o pesquisador, ainda que, como demonstram

¹⁵ Seguindo o disposto na LDB 9.394/96, a educação infantil é primeira etapa da educação básica, portanto, inclusa em todos os direitos dessa, inclusive o de financiamento.

Anjos, Müller e Pinto (2018), quando se trata de pesquisar a Educação Infantil no Distrito Federal, percebe-se que é “um processo histórico que consideramos ainda em movimento e inacabado”. (ANJOS; MÜLLER; PINTO, 2018, p. 4). Outras, dependendo do problema lançado, da hipótese construída, a busca é mais sutil, demanda um olhar indiciário. Mesmo com fontes de tipologias tão diversas, não tem como acessar arquivos, ainda que virtualmente, e não se recordar das palavras de Farge (2009), quando afirma que “quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio”. (FARGE, 2009, p. 37).

REFERÊNCIAS

- ABI-SÁBER, Nazira Féres. *O que é Jardim de Infância*. Programa de Assistência Brasileiro Americana – PABAE. Belo Horizonte, 1963. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134519>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. *História da Educação*, Santa Maria, v. 22, n. 55, p. 279-292, ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/75047>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Três colunas do Jornal Correio Braziliense e os primeiros jardins de infância de Brasília: o provimento material solicitado (1960-1965). In: Andréa Bezerra Cordeiro; Gécia Aline Garcia; Ana Paula de Souza Kincheski; Júlia Naomi Kanazawa. (Org.). *A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede* [recurso eletrônico]. 1 ed. Curitiba: NEPIE/UFPR, 2021a, v. 1, p. 219-236. Disponível em: <https://nepie.ufpr.br/e-book-a-teia-das-coisas-cultura-material-escolar-e-pesquisa-em-rede/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Notícias da pré-escola no Distrito Federal: apontamentos de Yvonne Jean (1960-1964). *Educar em Revista*, v. 37, p. e75364, 2021b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75364>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Um olhar sobre a história da creche na Europa (séculos 19 e 20). *Hist. Educ.* (Online). Porto Alegre, v. 21, n. 52, maio/ago. 2017, p. 356 – 358. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/64918>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- BECCHI, Egle; JULIA, Dominique. *Storia Dell'infanzia*. I. Dall'Antichità al Seicento. Gius. Laterza & Figli Editions du Seuil, Roma-Bari, 1996.
- BECCHI, Egle. *I bambini nella storia*. Roma-Bari: Laterza & Figli, 2010.
- BRASIL. Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 26 ago. 2022.
- BRASIL. Censo Demográfico. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.
- CAMPOS, Raquel Discini. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 12 (1[28]), p. 45-70, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- CARLI, Deneide Teresinha. O documento histórico como fonte de preservação da memória. *ÁGORA*, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 183-197, 2013. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/454>. Acesso em: 12 ago. 2022.

- CHAHIN, Samira Bueno. *Cidade nova, escolas novas?* Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/dispo_niveis/16/16133/tde-29102018-183436/publico/TEsamira_buenochahi_rev.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.
- CORREIO BRAZILIENSE, Brincam juntos no Jardim de Infância filhos de deputados e de “candangos”. *Correio Braziliense*, Brasília 27/04/1960, p. 1. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Creche Ana Paula, ontem inaugurada na S.Q. 108, vai abrigar 50 crianças. *Correio Braziliense*, Brasília, 22/08/1961, p. 8. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, 17/03/1962, p. 7. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE, Festejos do dia 21 serão marco na consolidação de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 15/04/1962, p. 3, edição 00597 (1). (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Ensino pré-primário. *Correio Estudantil. Correio Braziliense*, Brasília, 8/06/1962, p. 9. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Jardim. *Correio Estudantil. Correio Braziliense*, Brasília, 6/07/1962, p. 1. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. *Correio Estudantil. Correio Braziliense*, Brasília, 26/08/1965, p. 8. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. *Correio Estudantil. O ensino dia a dia, Yvonne Jean. Correio Braziliense*, Brasília, 1965 (ArPDF,YJ-PI-1-A-0002(1) p. 8)
- CORREIO BRAZILIENSE. Onde deixar meus filhos? *Correio Braziliense*, Brasília, 30/03/1976, p. 4. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Instituto Educacional de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 19/02/1970, p. 6. (HBDN).

- CORREIO BRAZILIENSE. Escola Casinha Feliz. *Correio Braziliense*, Brasília, 19/02/1970, p. 6. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Creche Peralta. *Correio Braziliense*, Brasília, 08/09/1974, p. 10. (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Agenda. *Correio Braziliense*, Brasília, 03/01/1970 p. 02, edição 03084 (1) (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE. Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 05/04/1968. p. 7, edição 02546 (1) (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE, Creche quer providências contra garotos. *Correio Braziliense*, Brasília, 05/10/1968, p. 12, edição 02701 (1). (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE, Casa do Candango ampliada. *Correio Braziliense*, Brasília, 10/01/1970. p. 7, edição 03090 (1) (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE, Casa do Candango instalará creche. *Correio Braziliense*, Brasília, 06/03/1971. p. 11, edição 03445 (HBDN).
- CORREIO BRAZILIENSE, Creche - Ceilândia. *Correio Braziliense*, Brasília, 21/04/1975. p. 2, edição 04499B (2) (HBDN).
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Eu te dedico: história, educação e sensibilidades nas dedicatórias de livros de um professor catarinense (1940-1980). *Hist. Educ.*, Santa Maria, v. 24, e97920, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/97920>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- CERTEAU. A operação histórica. In: *História: novos problemas*. Jacques Legoff, Pierre Nora. Tradução de Theo Santiago. 2 edição. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai... *Em Aberto*, Brasília, v. 18, n. 73, p 11-27, jul. 2001. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3033/2768>. Acesso em: 05 ago. 2022.

- FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FEDF, Fundação Educacional do Distrito Federal, 1985, p. 33-34 (MUDE, 100). Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/documentos/25/documentshow>. Acesso em: 05 ago. 2022.
- FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças “carentes” de 0 a 6 anos de idade. *Cad. Pesq.*, São Paulo (51):p. 13-32, nov. 1984. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1457#:~:text=Resumo,%C3%89%20um%20estudo%20de%20casos>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- GAMA, Mônica. Quebra de Contrato - transparência e opacidade do discurso historiográfico. *Revista Criação e Crítica*, São Paulo, n. 4, p. 249-257, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/46798/50559>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. James Holston; Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JORNAL DO BRASIL. Ministério da educação recruta professores para ensinar em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/01/1960, s.p. Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF NOV D-4-1-Z-0029(7)), p. 44.
- KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2022.

- KUHLMANN JR., Moysés. A educação Infantil no século XX. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Maria Stephanou, Maria Helena Camara Bastos (orgs.). Editora Vozes, Petrópolis, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/thaisa.tavares/Downloads/Dialnet-HistoriasEMemoriasDaEducacaoNoBrasil-4891666.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação infantil uma abordagem histórica*. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- LEANDRO, Stéfanny Honorato. *Organização das creches no Distrito Federal (1970-1980)*. Orientadora: Etienne Baldez Louzada Barbosa. 2020. 65 f. (Graduação) – Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2020. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27214/1/2020_StefannyHonoratoLeandro_tcc.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.
- MICARELLO, Hilda. *Formação de professores da educação infantil: puxando os fios da história*. In: ROCHA, E. A. C.; KRAMER, S. (Orgs). Educação Infantil: enfoques e diálogos. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; SILVA, Alexandra Lima da; SILVA, Marcelo Gomes da. Marcas do tempo nas escolas. In: *Outros tempos, outras escolas*. Ana Chrystina Venâncio Mignot, Alexandra Lima da Silva, Marcelo Gomes da Silva (organizadores). Rio de Janeiro: Quartet: Farperj, 2014.
- MUSEU DA EDUCAÇÃO. Primeiras Escolas. *Museu da Educação*, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.museudaeducacao.com.br/cte-40/primeiras-escolas/>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- MUSEU DA EDUCAÇÃO. *Ata da quadringentésima nona reunião da diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*. Brasília, 20/08/1964.
- NASCIMENTO, Cláudia Terra do; OLIVEIRA, Vantoir Roberto; BRANCHER, Valeska Fortes. A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução histórica. *LINHAS*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-18, jan./jun. 2008. Disponível em:

- <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1394>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo (10), dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Fac. Educ.*, São Paulo, p. 43-52, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33402>. Acesso em: 05 jul. 2022.
- PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: Contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 34, e187179, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/thaisa.tavares/Downloads/ENTRE_O_PASSADO_E_O_PRESENTE_CONTRASTES_DE_ACESSO_.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.
- PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o plano e o vivido: a inauguração de Brasília e dos Jardins de Infância (1960-1962). *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, PPGE/UNESA, Rio de Janeiro, vol. 17, número 47, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43073306/Entre_o_plano_e_o_vivido_a_inaugura%C3%A7%C3%A3o_de_Bras%C3%ADlia_e_dos_Jardins_de_Inf%C3%A2ncia_c_1960_1962_2020_. Acesso em: 20 jul. 2022.
- RAUPP, Marilena Dandolini. Creches Nas Universidades Federais: Questões, dilemas e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, abril, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FjYLYkRgLGmnWY3CsGJw6gR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- RBEP. Informação do país. Censo Escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, INEP, Rio de Janeiro, 1965, v. 43, n. 97, p. 115.

- RBEP. Instrução e Educação na U.R.S.S. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, INEP, Rio de Janeiro, 1960, v. 34, n. 79, p. 229.
- REVISTA BRASÍLIA. O “Projeto Rino Levi”, *Revista Brasília*, Brasília, abril de 1957, n. 4, p. 12.
- REVISTA BRASÍLIA. Atos do Conselho, *Revista Brasília*, Brasília, ano 5, n. 50-52, p. 21, fev - abr. 1961.
- ROS, Beatriz Mendes Chaves. Entrevista realizada por Francisco Heitor de M. Souza e Cinira Maria Nóbrega. Transcrição: Paulo Emílio Rodrigues Ferreira. *Museu da Educação*, Brasília, 2009. (MUDE, 120.2.B4). Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/interviews/23>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, (51), p. 90-103, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1462>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Temas em destaque – Creche*. São Paulo: Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas, 1989.
- SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)*. Vera Lúcia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry (orgs). Florianópolis: Insular, 2012. 231 p. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/8720>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. *Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos*. São Paulo: Loyola, 1987.
- SPADA, Ana Corina Machado. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*, FAEF, São Paulo, 5. ed., jan. 2005. Disponível em: http://www.faeff.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

- TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/468/105>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é Privilégio*. 5ª ed. Organização e apresentação de Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- THIESSEN, Maria Lúcia; DIDONET, Vital; AGOSTINHO, Mariana. *Atendimento ao pré-escolar*. Brasília, DF, Ministério da Educação e Cultura, v. 1, 1979.
- VIEIRA, Livia Maria Fraga. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). *Cad. Pesq.*, São Paulo (67): 3-16, nov. 1988. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/830.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- WASCHINEWSKI, Susane Costa; RABELO, Giani. Biblioteca de orientação da Professora Primária do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAAE (1956-1964). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 286-314, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723819392018286/pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Texto recebido em 29/08/2022 e aprovado em 22/06/2023